



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO JURÍDICO E FAZENDÁRIO
SEJUF

TERMO DE CONTRATO N. 066/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ)

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, por intermédio do FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA - FUNGEFAZ, instituído pela Lei n. 7.365/00, regulamentada pelo Decreto n. 2.193/00, inscrito no CNPJ sob o n. 04.250.009/0001-01, com endereço na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.415, Edifício Octávio de Oliveira, Centro Político Administrativo - CPA, CEP 78.050-903, Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Fazenda Senhor **EDER DE MORAES DIAS**, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, portador do RG n. 393225 SSP/MT e inscrito no CPF n. 346.097.921-68, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **RALHID AKEL – ATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 03.314.193/0001-43 e na I.E. n. 13.189.526-5, estabelecida na Rua Sargento Bendito Teotino da Costa, n. 80, Bairro Jardim Petrópolis, Cuiabá/MT, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **RALHID AKEL**, portador do RG n. 908.747 SSP/MT, inscrito no CPF n. 545.218.071-00, em conformidade com o que consta do Processo de Licitação, na Modalidade **PREGÃO N. 027/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ)**, com fundamento nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93 e demais legislações correlatas, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato as normas previstas nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93 e as suas posteriores alterações, e supletivamente, nos casos omissos, as demais normas e princípios do direito público e finalmente os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente é o **fornecimento de placas para sinalização vertical nos acessos aos Postos Fiscais**, bem como, o **fornecimento de peças de comunicação visual**, conforme especificações descritas na Cláusula Terceira, bem como no Anexo do presente Contrato, atendendo ao disposto no Edital de Licitação de Pregão n. 027/2009/SEJUF – (SEFAZ/PGE) - FUNGEFAZ.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. As especificações técnicas dos objetos contratados descritos na Cláusula Segunda, encontram-se no Anexo, parte integrante deste Instrumento:

3.1.1. Fornecimento de placas para sinalização vertical nos acessos aos Postos Fiscais;

3.1.2. Fornecimento de peças de comunicação visual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, DO RECEBIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

4.1. A entrega dos objetos do presente Contrato deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Gerência de Processos de Aquisições - GPAQ;

4.1.1. Considera-se data de recebimento da Ordem de Fornecimento, a data de envio do FAX ou a data de entrega do documento à empresa Contratada, caso o seu representante retire o documento pessoalmente na Gerência de Processos de Aquisições - GPAQ;

4.2. O local para a entrega dos objetos contratados será na Secretaria de Estado de Fazenda, na Gerência de Almoxarifado – GALM da Coordenadoria de Apoio Logístico da Contratante, situada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.415, Complexo III, Bloco “A”, Pavimento Subsolo, Cuiabá/MT, sob a supervisão da Gerência de Obras e Patrimônio Imobiliário – GOPI;

- 4.3.** Não serão aceitas peças com recorte fora de alinhamento, rebarbas, falhas de colagem, fissuras ou outros defeitos ou imperfeições de acabamento, ou ainda, que não estejam em conformidade com o layout correspondente a cada item;
- 4.3.1.** As peças reprovadas serão devolvidas à empresa Contratada;
- 4.4.** A Contratada, para confecção dos materiais descritos do item 3.1.2., da Cláusula Terceira, receberá da Assessoria de Comunicação da Contratante – ASC as artes dos itens, que após confeccionados, serão aprovados pela Assessoria de Comunicação;
- 4.4.1.** No caso das artes não atenderem as especificações exigidas neste Contrato, será dado à Contratada prazo máximo de 05 (cinco) dias para apresentação de novo material, procedendo-se dessa maneira tantas vezes quantas necessárias até que sejam finalmente aprovadas;
- 4.4.2.** Somente será autorizada a confecção dos materiais referentes ao item 3.1.2., da Cláusula Terceira, após aprovação definitiva da Assessoria de Comunicação da Contratante – ASC;
- 4.5.** O recebimento do objeto contratado não excluirá a Contratada da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto deste Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Federal n. 8.666/93;
- 4.6.** A Contratante, rejeitará em todo ou em parte, o fornecimento e a execução do objeto contratado em desacordo com a Ordem de Fornecimento ou com o Contrato;
- 4.7.** A Contratada, nos termos do artigo 72 da Lei Federal n. 8.666/93, não poderá subcontratar o fornecimento e a execução do objeto contratado, salvo se houver expressa autorização da Contratante;
- 4.8.** Nos termos do artigo 3º, combinado com o artigo 39, inciso VII, da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1.990 - Código do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);
- 4.9.** A Contratante reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item 4.8., sujeitando-se a Contratada às cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** Pelo fiel e perfeito fornecimento do objeto contratado, a CONTRATANTE, por meio do Fundo de Gestão Fazendária, pagará a CONTRATADA o **VALOR GLOBAL de R\$ 8.629,53 (oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos)**, mediante a entrega da Nota Fiscal, atestada pela Gerência de Patrimônio Imobiliário – GOPI, que corresponderá ao valor do objeto fornecido;
- 5.1.1.** O **VALOR UNITÁRIO** dos objetos contratados encontra-se discriminado no Anexo deste Instrumento;
- 5.1.2.** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional;
- 5.2.** No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, de locomoção e materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste Contrato;
- 5.3.** Os pagamentos efetuados pelo **FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA** à empresa Contratada poderão ser realizados nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e/ou 30 (trinta) de cada mês, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa n. 01/2007-SAGP/SEFAZ;
- 5.3.1.** Ressalta-se que o prazo descrito no item 5.3. pode ser estendido quando os atestos ocorrerem no período entre o final e início de exercício financeiro do Estado;
- 5.3.2.** Quando a data do item 5.3. coincidir com dia não útil, o pagamento ocorrerá no próximo dia útil;
- 5.3.3.** A Nota Fiscal deverá conter no verso atesto firmado pelo servidor, da Gerência de Obras e Patrimônio Imobiliário – GOPI, encarregado de fiscalizar e comprovar o fornecimento do objeto contratado;
- 5.4.** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal e no Recibo, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item 5.3. fluirá a partir da respectiva regularização;
- 5.5.** A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e do Recibo:
- 5.5.1.** número do contrato;
- 5.5.2.** nome e número do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

- 5.6.** A Contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”;
- 5.7.** O FUNGEFAZ – Fundo de Gestão Fazendária, efetuará o pagamento por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., endereçada ao banco discriminado na nota fiscal;
- 5.8.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA, inscrito no CNPJ n. 04.250.009/0001-01;
- 5.9.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.10.** O pagamento efetuado a CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento e a execução do objeto contratado, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia do fornecimento das persianas;
- 5.11.** Havendo acréscimos ou reduções dos quantitativos isto importará ajustamento no pagamento pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados, nos limites fixados em lei;
- 5.12.** Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias, e acompanhada, juntamente, com a apresentação da regularidade documental;
- 5.13.** Conforme disposto nos Decretos ns. 8.199/2006 e 8.426/2006, para fins de pagamento é necessário que a Contratada apresente prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou da sede da Contratada, por meio das Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, composta de:
- 5.13.1.** CND – Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda, do respectivo domicílio tributário;
- 5.13.2.** CND – Certidão Negativa de Débito do INSS, relativo à empresa Contratada;
- 5.13.3.** CRF – Certidão de Regularidade do FGTS;
- 5.14.** O pagamento da última Nota Fiscal não será considerado como aceitação definitiva do fornecimento contratado e não isentará a Contratada das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam;
- 5.15.** No caso de fornecimento de mercadorias por Contribuinte com domicílio fiscal no Estado de Mato Grosso, este deverá apresentar ainda, o respectivo Comprovante de informação de Nota Fiscal de Venda para o Órgão Público do Estado de Mato Grosso, de acordo com a Portaria n. 31/2005/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2005 e as suas posteriores alterações;
- 5.15.1.** Estão dispensados de apresentar o Comprovante de informação de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso, os contribuintes que apresentarem a Nota Fiscal Eletrônica.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1.** O presente Contrato terá **início em 18/08/2009 e término em 18/12/2009**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e as suas posteriores alterações;
- 6.2.** Fazendo-se necessária a prorrogação de vigência, esta será formalizada mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1.** As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária: 16601 - FUNGEFAZ Projeto Atividade: 2005 Classificação Orçamentária: 3390-3000 Fonte: 106
--

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 8.1.** Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas avençadas e nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93, respondendo as mesmas pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.2.1. Fornecer o objeto contratado atendendo a todas exigências contidas nas Cláusulas, no Anexo I deste Contrato, bem como as do Edital do Pregão n. 027/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ);

8.2.2. Fornecer o objeto deste Contrato com qualidade, reunindo as condições técnicas e pessoais, suficientes e qualificadas para o fornecimento e a execução do objeto contratado, conforme solicitado pela Contratante;

8.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes do fornecimento do objeto contratado, sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

8.2.3.1. Substituir os materiais adquiridos que apresentarem defeitos, vícios ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da Contratante a Contratada;

8.2.4. Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus funcionários, quando da execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante;

8.2.5. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários, quando da execução do objeto contratado;

8.2.6. Cumprir o regulamento, os procedimentos e as normas internas da Contratante;

8.2.7. Responsabilizar-se pelas providências administrativas relativas ao deslocamento de seus funcionários;

8.2.8. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, reconhecida a inexistência de vínculo empregatício de seus funcionários com a Contratante;

8.2.9. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes deste Contrato, no que couber;

8.2.10. Manter, durante toda a execução deste Contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Contrato;

8.2.11. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho da execução do contrato ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

8.2.12. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à prestação do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

8.2.13. Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei Federal n. 8.078, de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor, assegurando-se a Contratante todos os direitos inerentes à qualidade de “consumidor”, decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;

8.2.14. Assumir toda e qualquer responsabilidade pela integralidade da execução deste Contrato, guardando sigilo e respeito a confidencialidade das informações e demais dados que venha a ter acesso em decorrência deste Contrato;

8.2.15. Comunicar, imediatamente, a Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste Contrato, para adoção das medidas cabíveis;

8.2.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, acerca da prestação do fornecimento;

8.2.17. Não subcontratar, ceder ou transferir, parcialmente ou totalmente, o objeto deste Contrato, salvo se houver expressa autorização da Contratante;

8.2.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente;

8.2.19. Atender todas as obrigações constantes das Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93, bem como as do presente Contrato.

8.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.3.1. A Lei Complementar n. 264, de dezembro de 2006, e suas alterações, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração sistêmica, no âmbito do Poder Executivo Estadual, prevê que a competência para administrar as hipóteses constantes nos itens abaixo dispostos, cabe ao Núcleo Sistêmico, representado no caso da Secretaria de Estado de Fazenda,

pela SEJUF – Secretaria Executiva Jurídica e Fazendária;

8.3.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado dentro das normas estabelecidas nas Cláusulas deste Contrato;

8.3.3. Permitir, durante a vigência do Contrato, o acesso do representante ou funcionário da CONTRATADA, ao local da execução do objeto contratado, desde que devidamente identificado;

8.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por meio de um Gestor, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Contrato;

8.3.5. Comunicar, por escrito e tempestivamente, à CONTRATADA sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução deste Contrato, bem como, qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho do objeto contratado;

8.3.6. Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas e dos Recibos apresentadas, nos termos e condições previstas neste Contrato.

8.3.7. Solicitar Nota Fiscal quando não enviada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato sujeitará a Contratada as seguintes sanções:

9.1.1. Pelo atraso, inexecução total ou parcial do Contrato, poderá a Contratante, garantido o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções;

9.1.1.1. Advertência;

9.1.1.2. Multa;

9.1.1.3. Rescisão Unilateral;

9.1.1.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;

9.1.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção mencionada no item anterior.

9.2. Quando o fornecimento estiver em desacordo com as especificações, os cronogramas e as normas técnicas, a Contratada estará sujeita a todas as penalidades elencadas neste termo contratual, sem prejuízo das multas cabíveis;

9.3. Constituem motivos para dispensa das sanções contratuais, os seguintes casos:

9.3.1. Ordem escrita da Contratante, para paralisar ou restringir a execução do objeto contratado;

9.3.2. Ocorrência de circunstância prevista em lei, de caso fortuito ou de força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do Contrato em tempo hábil.

9.4. Entende-se por motivos de caso fortuito/força maior, para efeito de penalidades e sanções: ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência;

9.5. A CONTRATADA deverá comunicar à Secretaria de Estado de Fazenda a ocorrência da inexecução do ajuste por motivo de força maior/caso fortuito, dentro de prazo de 03 (três) dias de sua verificação, e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias contados do evento, sob pena de não serem considerados os motivos alegados;

9.6. A CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos documentos de comprovação, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, dando por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa;

9.7. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, do ato que aplicar penalidade caberá recurso, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DEZ - DAS MULTAS

10.1. No que concerne a penalidade de multa, poderá ser aplicada pela Contratante à Contratada, sob as seguintes formas:

10.1.1. Multa de Mora, pelo atraso injustificado na execução do objeto, nos termos do artigo 86 da Lei Federal n. 8.666/093, sendo:

- 10.1.1.1.** Multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do valor global do Contrato, por dia de excesso que venha a ocorrer no prazo previsto para a entrega do objeto contratado;
- 10.1.2.** Multa Administrativa, de natureza penal, compensatória das perdas e danos sofridos pela Administração, pelo inadimplemento na execução total ou parcial do Contrato, nos termos do artigo 87, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, sendo:
- 10.1.2.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do Contrato;
- 10.1.2.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global, no caso de inexecução total do Contrato;
- 10.2.** A aplicação de multa não impede que a Secretaria de Estado de Fazenda rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93;
- 10.3.** O valor das multas aplicadas, primeiramente, será descontado dos créditos que a CONTRATADA possuir junto à Secretaria de Estado de Fazenda;
- 10.4.** Inexistindo créditos a descontar, no prazo de 05 (dias) dias, contados da intimação por parte da Secretaria de Estado de Fazenda, deverá ser efetuado o depósito do valor das multas aplicadas no Banco do Brasil, Agência 3834-2, Conta Corrente 316.0110-3, em favor do Fundo de Gestão Fazendária;
- 10.5.** Caso a CONTRATADA não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será descontado da garantia que esta houver apresentado a Secretaria de Estado de Fazenda, e, se estes valores não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO

- 11.1.** A rescisão do contrato poderá ser unilateral pela Administração, amigável por acordo entre as partes, ou judicial, nos termos da legislação;
- 11.2.** À Contratante cabe rescindir unilateralmente o presente termo contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se a empresa contratada inexecutar total ou parcialmente o que foi contratado, com o advento das consequências contratuais e as previstas em lei;
- 11.3.** Constituem motivos para a rescisão unilateral do Contrato pela Contratante:
- 11.3.1.** O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais com relação as especificações, projetos, normas técnicas ou prazos estipulados;
- 11.3.2.** O atraso injustificado em iniciar o fornecimento;
- 11.3.3.** A paralisação do fornecimento por mais de 05 (cinco) dias, injustificadamente e sem prévia comunicação a Contratante;
- 11.3.4.** A cessão ou transferência do fornecimento contratado, total ou parcialmente, não admitida no Contrato e sem prévia autorização da Contratante;
- 11.3.5.** A reincidência nas penalidades e multa de advertência previstas nas Cláusulas do presente Contrato;
- 11.3.6.** A decretação de falência ou recuperação judicial decretada;
- 11.3.7.** O desatendimento das determinações regulares da fiscalização pela Contratante.
- 11.3.8.** Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais;
- 11.3.9.** Outros casos previstos na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.
- 11.4.** Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratada receberá somente os pagamentos devidos pela execução do objeto prestado até a data da referida rescisão, descontadas as multas eventualmente aplicadas;
- 11.5.** Em qualquer das hipóteses suscitadas, a Secretaria de Estado de Fazenda não reembolsará ou pagará à empresa Contratada qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

CLÁUSULA DOZE - DA GARANTIA

- 12.1.** Para este Contrato fica dispensada a exigência de garantia, nos termos do *caput* do artigo 56 da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA TREZE – DO FISCAL DO CONTRATO

- 13.1.** A Gerência de Obras e Patrimônio Imobiliário - GOPI é a responsável em acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto contratado, devendo anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao Contrato;

13.2. O servidor encarregado de acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos contratados, nos termos do artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, entre outras atribuições, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos objetos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

13.3. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência, deverá o referido servidor solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes;

13.4. Além das demais atribuições, o Fiscal do Contrato deverá:

13.4.1. Comunicar, por escrito, qualquer falta cometida pela empresa, seja ela por inadimplemento de alguma cláusula ou condição contratual, ou solicitação de fornecimento que foi executado com imperfeição ou de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formalizando o devido dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação da sanção cabível. Quando estes fatos venham a se repetir poderão levar à rescisão contratual. Este dossiê também terá efeitos para fins de expedição de atestado de capacidade técnica;

13.4.2. Recusar fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em Edital do Pregão n. 027/09/SEJUF - SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ) e/ou no presente Contrato, assim como, observar para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração no certame licitatório;

13.4.3. Comunicar por escrito à área de administração de contratos ou ao titular da entidade, o desatendimento por parte da Contratada, quanto às solicitações efetuadas pela fiscalização e não atendidas pela Contratada, estando em conformidade com as condições contratuais e com a devida prova materializada do fato como solicitações de providências escritas e recebidas pela Contratada, para que sejam adotadas as providências quanto à aplicação das sanções correspondentes, na devida extensão da falta cometida.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Promovendo o Governo Federal medidas que alterem as condições aqui estabelecidas, os direitos e obrigações oriundas deste Contrato, serão alteradas em atendimento às disposições legais aplicáveis mediante termo de re-ratificação, exceto quando for necessária a celebração de termo aditivo, consoante o disposto no artigo 65, § 6º, da Lei Federal n. 8.666/93 e as suas posteriores alterações;

14.2. Mediante Termo Aditivo aprovado pela Contratante, poderão ser efetuados acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos;

14.3. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;

14.4. Havendo acréscimos ou reduções dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados, nos limites fixados em lei;

14.5. As alterações do valor do Contrato decorrentes de modificação de quantitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadas por lavratura de Termos Aditivos, os quais deverão ser autorizadas pelo Ordenador de Despesas da Contratante;

14.6. A Contratante poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

14.7. A CONTRATANTE poderá revogar este Contrato por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.8. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

CLÁUSULA QUINZE – DOS PRAZOS

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

15.2. Os prazos referidos neste Contrato somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal na Contratante.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 17 de agosto de 2009.

**EDER DE MORAES DIAS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
CONTRATANTE**

**BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
SECRETÁRIO ADJUNTO EXECUTIVO DO NÚCLEO JURÍDICO E FAZENDÁRIO**

**RALHID AKEL
RALHID AKEL – ATIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

RG:

RG:

ANEXO I

OBJETO 01: FORNECIMENTO DE PLACAS PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL NOS ACESSOS AOS POSTOS FISCAIS

1. DO OBJETO E SUA DESCRIÇÃO:

ITEM	OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Sinalização Vertical: Confeção de placas de sinalização padrão SINFRA/DNIT, com chapas de aço nº 18, com tratamento anticorrosivo e aplicação de película refletiva grau técnico, 5 anos de durabilidade, inclusive parafusos de aço galvanizado para fixação. Dimensão (2,00 x 1,00) m. Conforme modelo constante no item 2.1 deste Anexo.	30	R\$ 209,83	R\$ 6.294,90

OBJETO 02: FORNECIMENTO DE PEÇAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL

1. DO OBJETO E SUA DESCRIÇÃO:

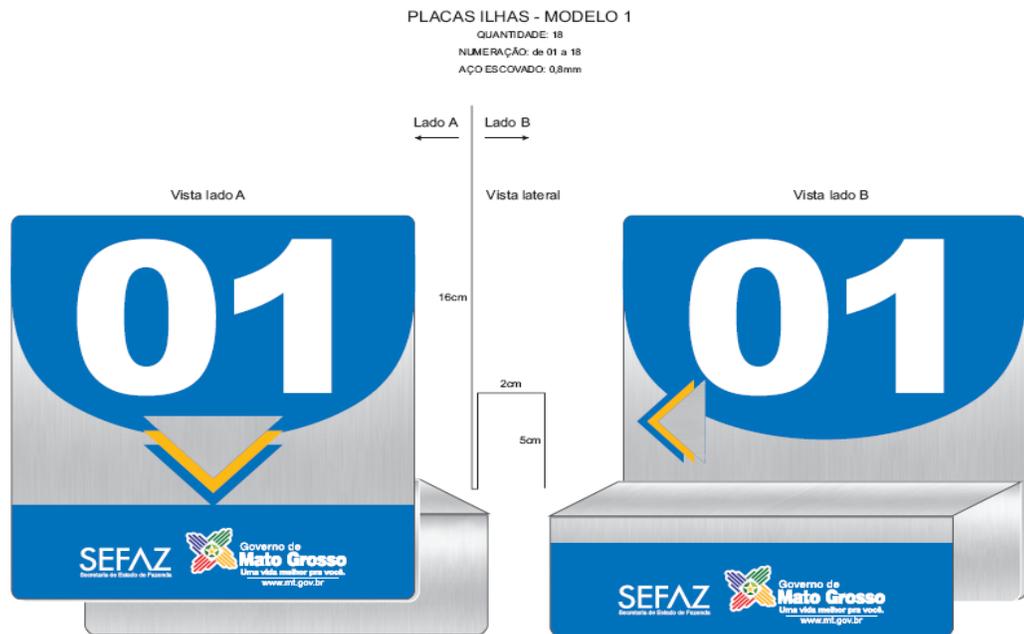
ITEM	OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Placas de sinalização suspensas para a Agência Fazendária, com aço escovado: 1 milímetro (mm), adesivado frente e verso, tamanho 40x25cm, afixada no teto com corrente. Conforme modelo constante no item 2.2 deste anexo.	06	R\$ 32,70	R\$ 196,20
02	Placas para guichês de atendimento da Agência Fazendária, numeradas de 1 a 18, com aço escovado com dobra de encaixe: 1 milímetro (mm), adesivado, tamanho: 16x14x02x05cm. Conforme modelo constante no item 2.3 deste anexo.	18	R\$ 18,47	R\$ 332,46
03	Placas para guichês de atendimento da Agência Fazendária, numeradas de 19 a 27, com aço escovado com dobra de encaixe: 1 milímetro (mm), adesivado, tamanho: 16x14x04x05cm. Conforme modelo constante no item 2.4 deste anexo.	09	R\$ 19,38	R\$ 174,42
04	Placa Protocolo Geral, com aço escovado: 1 milímetro (mm), adesivado, fita dupla face no verso para afixação na parede, tamanho: 84x15cm. Conforme modelo constante no item 2.5 deste anexo.	01	R\$ 20,54	R\$ 20,54
05	Painel de entrada para Agência Fazendária, estrutura de ferro/aço escovado, caixa tamanho: 90x72,5cm, placas adesivas tamanho: 78x17,5cm, profundidade 3cm. Painel chumbado do lado direito em parede de alvenaria. Espessura da estrutura: 2 milímetro (mm), Espessura das placas: 1 milímetro (mm). Conforme modelo constante no item 2.6 deste anexo.	01	R\$ 293,63	R\$ 293,63

06	Adesivos para mesas da Agência Fazendária , adesivo impresso, tamanho: 67x10cm, confeccionado em vinil. Conforme modelo constante no item 2.7 deste anexo.	02	R\$ 2,01	R\$ 4,02
07	Faixa adesiva para portas tipo blindex , adesivo impresso, tamanho: 12,5x50m, confeccionado em vinil. Conforme modelo constante no item 2.8 deste anexo.	50 metros	R\$ 3,75	R\$ 187,50
08	Placas para guichês de atendimento no Detran, numerados de 1 a 3 , com aço escovado com dobra de encaixe: 1 milímetro (mm), adesivado, tamanho: 16x14x02x5cm. Conforme modelo constante no item 2.9 deste anexo.	03	R\$ 18,47	R\$ 55,41
09	Placa Detran , com aço escovado: 1 milímetro (mm), fita dupla face no verso para afixação em madeira, tamanho: 95x32cm. Conforme modelo constante no item 2.10 deste anexo.	01	R\$ 85,76	R\$ 85,76
10	Adesivos catracas , adesivo impresso, tamanho: 18x6cm, confeccionado em vinil. Conforme modelo constante no item 2.11 deste anexo.	20	R\$ 0,33	R\$ 6,60
11	Placas para recepção , aço escovado com dobra para mesa: 1 milímetro (mm), adesivado, tamanho: 40x08x05 (dobra)cm. Conforme modelo constante no item 2.12 deste anexo.	06	R\$ 23,67	R\$ 142,02
12	Placas portas SEFAZ , com aço escovado: 1 milímetro (mm), adesivado, fita dupla face no verso para afixação nas portas, tamanho: 33,5x12,5cm. Conforme modelo constante no item 2.13 deste anexo.	05	R\$ 11,82	R\$ 59,10
13	Placa Gabinete Secretário , com aço escovado: 1 milímetro (mm), adesivado, fita dupla face no verso para afixação nas portas, tamanho: 35,5x08cm. Conforme modelo constante no item 2.14 deste anexo.	01	R\$ 8,01	R\$ 8,01
14	Placas Secretário de Fazenda , com aço escovado: 1 milímetro (mm), adesivado, fita dupla face no verso para afixação nas portas, tamanho: 42x08cm. Conforme modelo constante no item 2.15 deste anexo.	02	R\$ 9,48	R\$ 18,96
15	Suportes para identificação de portas SEFAZ , acrílico azul, fita dupla face no verso para afixação nas portas, tamanho: 36x15,5cm. Conforme modelo constante no item 2.1 deste anexo.	100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.334,63

2.2. OBJETO 02: ITEM 01 - Placas de Sinalização Suspensas para a Agência Fazendária



2.3. OBJETO 02: ITEM 02 - Placas para Guichês de Atendimento da Agência Fazendária, numeradas de 1 a 18



2.4. OBJETO 02: ITEM 03 - Placas para guichês de atendimento da Agência Fazendária, numeradas de 19 a 27

PLACAS ILHAS - MODELO 2

QUANTIDADE: 09
NUMERAÇÃO: de 19 a 27
AÇO ESCOVADO: 0,8mm



2.5. OBJETO 02: ITEM 04 - Placa Protocolo Geral

PLACA PROTOCOLO ATENDIMENTO

QUANTIDADE: 01
MEDIDAS: 84x15cm



2.6. OBJETO 02: ITEM 05 - Painel de Entrada para Agência Fazendária

PAINEL ENTRADA AGENFA
AÇO ESCOVADO: 0,8mm

MEDIDAS: caixa 90x72,5cm / placas adesivadas 78x17,5cm / profundidade 3cm
Obs.: Painel chumbado do lado direito em parede de alvenaria



2.7. OBJETO 02: ITEM 06 - Adesivos para Mesas da Agência Fazendária

Adesivo MESAS

Modelo 1 - 1 unidade

QUANTIDADE: 02 / TAMANHO: 67x10cm / OBS.: A SER APLICADO SOBRE MÓVEL TIPO ILHA



Modelo 2 - 1 unidade



2.8. OBJETO 02: ITEM 07 - Faixa Adesiva para Portas Tipo Blindex

Faixa adesiva para vidro
MEDIDAS: 12,5cm de altura por 50m de rolo



2.9. OBJETO 02: ITEM 08 - Placas para Guichês de Atendimento no Detran, numerados de 1 a 3

PLACAS DETRAN
QUANTIDADE: 03
NUMERAÇÃO: de 01 a 03 AÇO ESCOVADO: 8mm

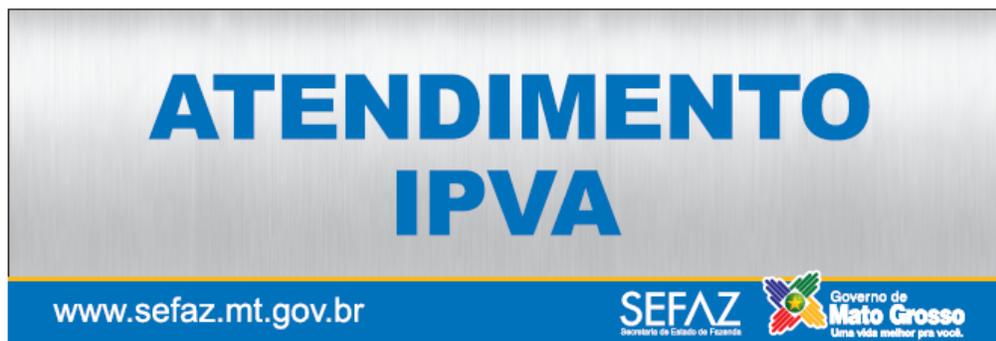


2.10. OBJETO 02: ITEM 09 - Placa Detran Atendimento

PLACA DETRAN ATENDIMENTO

QUANTIDADE: 01

TAMANHO: 95x32cm AÇO ESCOVADO: 8mm



2.11. OBJETO 02: ITEM 10 - Adesivos Catracas

Adesivo CATRACAS

QUANTIDADE: 20 / TAMANHO: 18x6cm / OBS.: A SER APLICADO SOBRE CATRACAS DE AÇO

Modelo 1 - 10 unidades



Modelo 2 - 10 unidades



2.12. OBJETO 02: ITEM 11 - Placas para Recepção

PLACAS RECEPÇÃO

QUANTIDADE: 06

MEDIDAS: frente 40x8cm / base 40x5cm

AÇO ESCOVADO: 0,8mm



2.13. OBJETO 02: ITEM 12 - Placas Portas SEFAZ

PLACAS PORTAS

QUANTIDADE: 05

TAMANHO: 33,5x12,5cm

AÇO ESCOVADO: 0,8mm

FITA DUPLA FACE NO VERSO P/ AFIXAÇÃO

ASC / QUANTIDADE: 01



SUAC / QUANTIDADE: 02





2.14. OBJETO 02: ITEM 13 – Placa Gabinete Secretário

PLACAS GABINETE
AÇO ESCOVADO: 0,8mm

GABINETE (entrada) / QUANTIDADE: 01 / MEDIDAS: 35,5x8cm



2.15. OBJETO 02: ITEM 14 - Placas Secretário de Fazenda

GABINETE (sala do secretário) / QUANTIDADE: 02 / MEDIDAS: 42x6cm



2.16. OBJETO 02: ITEM 15 - Suportes para Identificação de Portas SEFAZ

Placas de PORTAACRÍLICAS

QUANTIDADE: 100

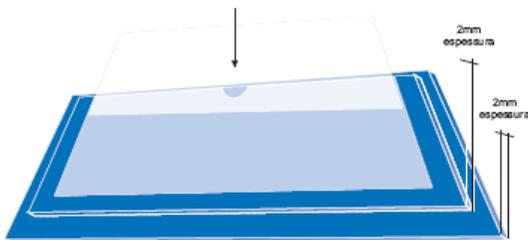
MEDIDAS: 36x15,5cm (placa interna: 33,5x12,5cm, espaço do impressor: 30x11cm)

ESPESSURA: 2mm / ESPECIFICAÇÕES: suporte de acrílico para portas, com fita dupla face no verso para afixação

placa
externa

placa
interna

espaço do
impresso



OBSERVAÇÕES: Não serão aceitas peças com recorte fora de alinhamento, rebarbas, falhas de colagem, fissuras ou outros defeitos ou imperfeições de acabamento, ou ainda, que não estejam em conformidade com o *layout* correspondente a cada item.